



Relatório e Contas 2013

11	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
17	Balanço consolidado em 31Dezembro2013
18	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
19	Demonstração Consolidada das alterações no capital social do período 2013
20	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 31Dezembro2013
23	Anexos ao Relatório
51	Relatório e Parecer do Fiscal Único
55	Certificação Legal das Contas Consolidadas
59	Certificações
65	Organigrama

A Seth - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, foi constituída em 1933 pela empresa dinamarquesa Højgaard & Schultz a/s, sendo hoje uma das principais empresas portuguesas de Obras Marítimas e uma referência internacional na Engenharia Costeira e Portuária.

Ao longo da sua história de mais de 80 anos, a empresa tem realizado numerosos trabalhos de construção civil, industrial e obras públicas para a Administração Central e Autárquica, Institutos Autónomos, Forças Armadas Portuguesas, Forças Armadas dos EUA e para a NATO.

A Seth estabeleceu-se rapidamente como uma empresa de tecnologia avançada e, nos

últimos anos executou inúmeros projectos que constituíram inovações em Portugal e mesmo no Mundo. Destacamos de entre aqueles, os maiores Core-Loc do mundo (33 toneladas cada), o maior açude insuflável da Península Ibérica e o primeiro cais de acostagem em Portugal construído em cortinas de estacas-prancha ancoradas.

Esta é uma imagem da empresa de sempre, a inovação na busca de soluções para a execução dos projectos dos clientes.

A partir de 2004 esta forma de actuação serviu de base à internacionalização da empresa que se estende hoje à Argélia, Guiné-Conakry, Cabo Verde, Moçambique e Angola, entre outros.



O ano de 2013 foi mais um ano de profunda crise no sector da construção em Portugal tendo o mercado regredido 15% em relação a 2012, totalizando uma perda acumulada nos últimos 10 anos de 55%.

Esta situação provocou a histórica situação de, nos oitenta anos de existência da empresa, pela primeira vez apenas existir um projecto em execução em Portugal. A maior parte da actividade da empresa desenvolveu-se nos mercados externos mais concretamente em África, panorama que será um paradigma dos próximos anos.

Em 2013 o volume de negócios foi de Euros 23.647.360 e o resultado líquido do período um prejuízo de Euros 707.617.

Indicadores Económico-Financeiros

Em 2013, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram Euros 1.154.781, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2013.

O valor do Activo ascendeu a Euros 25.727.163 enquanto o Passivo totalizou Euros 18.956.425. O Capital Próprio da empresa era no final do período de Euros 6.770.738.

Antevisão 2014 e eventos após o fim do período

A EDM - Electricidade de Moçambique confirmou a adjudicação de um e a intenção de adjudicar outros quatro no valor total de Euros 27 milhões de projectos de transmissão de energia nas províncias de Manica, Maputo e Inhambane pelo período de 18 meses, com início em Junho de 2014. No início de Janeiro foi adjudicado um projecto para a execução do alargamento de um terraplano e de um molhe em Gibraltar para o Governo local. Estes contratos, a par de outras oportunidades que se esperam concretizar no primeiro trimestre do ano, bem como o início em velocidade de cruzeiro do Power Grid Project em Moçambique, deverão conduzir a um aumento muito significativo do volume de negócios e à obtenção de resultados positivos em linha com os períodos anteriores ao período de crise generalizada que se tem vivido.

Relatório e Contas 2013



INTRODUÇÃO

O ano de 2013 foi mais um ano de profunda crise no sector da construção em Portugal tendo o mercado regredido 15% em relação a 2012, totalizando uma perda acumulada nos últimos 10 anos de 55%. A economia portuguesa terá tido uma regressão no PIB de -1,4%, tendo o investimento registado um decréscimo acentuado com particular incidência na construção onde o decréscimo foi de 16,6%, e no investimento público que regrediu 38,2% em relação aos já baixos níveis de 2012. Todas estas condicionantes conduziram a um agravar da recessão do sector da construção com elevado contributo para o desemprego e manutenção do elevado número de insolvências. Esta situação provocou a histórica situação de, nos oitenta anos de existência da empresa, pela primeira vez apenas existir um projecto em execução em Portugal. A maior parte da actividade da empresa desenvolveu-se nos mercados externos mais concretamente em África, panorama que será um paradigma dos próximos anos.

Infelizmente, a lenta tomada de decisão que caracteriza muitos desses mercados afectou as expectativas positivas do final de 2012 em relação ao desenvolvimento do volume de negócios em 2013. Com efeito, o tardio início do projecto de grande dimensão em Moçambique, destinado à Electricidade de Moçambique e financiado pelo governo da Dinamarca, acabou por afectar muito negativamente o ano económico não permitindo, ao contrário do antecipado, o retorno a resultados positivos no período findo em 31 de Dezembro de 2013.

A conjugação das situações descritas conduziu a que o volume de negócios fosse substancialmente inferior ao previsto, tendo sido impraticável substituir as encomendas não confirmadas por novas, em tempo passível de reverter a situação. Ainda assim, os resultados operacionais foram já significativamente positivos tendo o EBIT registado um valor de Euros 584.365. Os resultados finais obtidos foram negativos, fruto do impacto muito forte das perdas cambiais e, o volume de negócios, o mais baixo dos últimos quinze anos, tendo, no entanto, o resultado obtido significado uma melhoria de 500% em relação ao período de 2012. Em 2013 o volume de negócios foi de Euros 23.647.360 e o Resultado Líquido do período um prejuízo de Euros 707.617.

ACTUAÇÃO NO MERCADO

Na sequência das alterações de organização e de estratégia do grupo em que a empresa se insere, foi implementado um novo modelo de negócios que traduz, de forma mais fiel, o perfil de empresa especializada que nos caracteriza bem como o assumir de uma nova competência na área da transmissão e distribuição de energia, fruto da experiência de sete anos no mercado de Moçambique nesta área de actividade.

Como tal, a actuação da empresa no mercado passará

a estar em quatro áreas de negócio, Engenharia Costeira e Portuária; Transmissão e Distribuição de Energia; Construção Industrial e Infraestruturas e Fundações de Estacas. Dentro das novas orientações do grupo, a empresa viu reforçada a sua missão de desenvolvimento de actividades em África como a principal tarefa a desempenhar, a par do aumento das sinergias de colaboração com o principal accionista, no Médio Oriente como subempreiteiro especializado, nomeadamente no Qatar.

No que a África concerne foram definidos como mercados de permanência Angola e Moçambique e como mercados de oportunidade os países do Golfo da Guiné e os da comunidade de desenvolvimento da África Austral. Foi decidido, pelo contrário, pôr fim às actividades no mercado argelino e terminar os esforços comerciais nos países do Magrebe.

A empresa realizou em 2013 trabalhos em Portugal, Cabo Verde, Angola, Argélia e Moçambique.

Das obras concluídas em 2013, salientamos as seguintes:

- Electricity III - lotes 1 e 2, EDM - Electricidade de Moçambique;
- Nova Ribeira das Naus - Câmara Municipal de Lisboa; e,
- Dragagem da Bacia e Remoção de Sealines , PAENAL, Porto Amboim, Angola

Das obras em execução que transitam para 2014 salientamos:

- Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid, E.D.M., Moçambique;
- Alargamento do Terrapleno do Porto do Mindelo, S. Vicente - República de Cabo Verde;
- Construção do Reforço de Potência do Aproveitamento de Salamonde – EDP, Energias de Portugal.

SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

SUCURSAIS

Seth ARGÉLIA

Os trabalhos foram terminados no primeiro semestre de 2013. Foi decidido pôr termo às operações neste mercado pelo que a sucursal se manterá apenas activa para cumprimento de obrigações legais e recuperação de alguns créditos, no âmbito dos consórcios e agrupamentos de que fez parte.

Seth MOÇAMBIQUE

A sucursal da Seth, que se encontra a operar em Moçambique desde 2005, continuará a executar trabalhos de electrificação para a EDM, tendo assegurado, em associação com outra empresa, uma adjudicação no valor de 111 milhões de Euros que garantirá a actividade nos próximos três a cinco anos, conforme sejam ou não confirmadas as opções ao contrato principal. Os trabalhos respeitantes a este projecto atrasaram-se

devido a procedimentos mais lentos do que esperado na consignação dos trabalhos por parte do cliente mas a mesma acabou por ser confirmada em Dezembro de 2013, pelo que terá em 2014 um ano de forte contributo para a actividade da empresa.

O mesmo cliente confirmou a adjudicação de um novo projecto de um total de cinco, no valor de Euros 5,4 milhões. Espera-se que venham a ser confirmados, no primeiro trimestre de 2014, os outros quatro projectos, no valor global de Euros 22 Milhões, a realizar em várias províncias de Moçambique mas em grande parte na zona de Maputo e Manica.

Seth GUINÉ

Foi decidido suspender a actividade da sucursal neste país por ausência de actividade em 2013. No entanto, o retomar de actividades em 2014 deverá ser uma realidade, uma vez que se encontram em fase negocial com o mesmo cliente as fases seguintes do projecto que foi interrompido por causa da crise económica mundial.

Seth CABO VERDE

A associação que a SETH lidera prosseguiu os trabalhos da obra portuária de ampliação do terminal de contentores do porto do Mindelo, em S. Vicente.

Estes trabalhos terão a sua conclusão no primeiro semestre de 2014, não existindo perspectivas de continuação de trabalhos naquele país a partir dessa data.

SUBSIDIÁRIAS

SETHANGOLA, S.A.

A empresa executou a sua primeira obra destinada à execução de dragagens e remoção de sealines na bacia dos estaleiros navais da PAENAL, em Porto Amboim.

Os trabalhos decorreram dentro do prazo e com plena satisfação do cliente, antecipando-se a continuação de novos trabalhos para o mesmo cliente durante o período de 2014. Aguarda-se, com efeito, a adjudicação da execução de um sealine em Porto Amboim bem como a confirmação de um trabalho da mesma natureza em Cabinda. O resultado em 2013 foi ligeiramente positivo e em linha com o antecipado.

SETHMOZ, S.A.

Durante o ano de 2013, a empresa não desenvolveu actividade tendo o mesmo sido consagrado à obtenção das necessárias autorizações de operação. Antecipa-se um início de actividade no segundo semestre de 2014. Esta empresa replicará no mercado moçambicano o modelo da empresa em Portugal e dará início à apresentação de propostas comerciais, uma vez obtidas as necessárias autorizações. A sociedade é controlada em 60% pela Seth sendo o restante capital detido por cidadãos moçambicanos.

MARINERTES, S.A

A empresa colocou uma série de acções judiciais por forma a contestar os impedimentos que lhe foram colocados para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas.

Não ocorreram desenvolvimentos significativos na situação descrita.

A Seth detém uma participação de 29% nesta empresa.

AGRUPAMENTOS

CONSTRUSALAMONDE, ACE

Os trabalhos tiveram o seu início durante o ano e decorrem em excelente ritmo com cumprimento integral de todas as datas-chave constantes do contrato. Os trabalhos de execução directa da Seth foram fortemente afectados pelas condições meteorológicas pelo que os mesmos se prolongaram para o primeiro semestre de 2014. Tal não terá impacto no planeamento geral do projecto nem afectará as expectativas económicas do mesmo.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

AARSLEFF – SETH JV I/S

Com o intuito de executar os trabalhos do projecto de reforço da rede de transmissão de energia nas províncias do sul de Moçambique, ao abrigo do financiamento da agência de cooperação dinamarquesa Danida, foi constituído um agrupamento com sede na Dinamarca.

A Seth possui uma participação de 50% sendo a liderança do mesmo exercida pelo parceiro Per Aarsleff A/S, um dos dois maiores empreiteiros da Dinamarca.

Em virtude do atraso registado no início dos trabalhos cuja consignação apenas ocorreu em Janeiro de 2014 o movimento do agrupamento foi no período residual.

GMP MEK ACE e GMP ACE

Em 2012, estes agrupamentos concluíram a sua actividade para os quais foram constituídos e que compreendia execução de empreitadas na Argélia, pelo que encontram-se em período de garantia. A participação da SETH é de 33,3% em ambos os agrupamentos.

SOMAGUE/SETH – CAIS DO JARDIM DO TABACO – 1ª FASE, ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 1.ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2009, pelo que encontram-se em período de garantia.

CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2.ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, pelo que encontram-se em período de garantia. Regista-se um atraso no pagamento dos juros devidos por lei por parte do cliente que se espera seja resolvido durante o período de 2014, não excluindo o agrupamento a tomada de iniciativas legais para concretizar esse objectivo.

HIGIENE SEGURANÇA E AMBIENTE

No âmbito do acompanhamento da certificação do Sistema de Gestão Integrado de Segurança e Ambiente

(SGISA) pela Norma ISO 14001:2004 e pela Norma NP 4397-2008 (OHSAS 18001:2007) realizou-se a auditoria de acompanhamento ao referido sistema integrado nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2013.

Foi a primeira auditoria de acompanhamento aos Sistemas de Gestão Integrados de Segurança e Ambiente tendo sido a mesma realizada pela entidade APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

A auditoria focalizou-se na verificação da documentação, visita ao Estaleiro Central da Seth e uma visita à obra da Ribeira das Naus (Cais do Sodré - Lisboa). No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora, ficando identificadas as não conformidades e as oportunidades de melhoria do recente SGISA.

Assim, resultaram deste relatório, zero não conformidades, e a identificação de dez oportunidades de melhoria. Em termos gerais, a equipa auditora considerou que o SGISA da Seth se encontra devidamente documentado e consolidado, dando resposta aos requisitos das normas de referência.

Ambas as certificações são neste momento fundamentais para as obras internacionais onde as mesmas são já exigidas, razão pela qual se concluiu o processo de Integração de Sistemas, de forma a tornar mais céleres as renovações dos referidos sistemas.

Durante o ano reforçaram-se as acções de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às protecções colectivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. As acções de formação têm abrangido os trabalhadores da Seth e também trabalhadores de subempreiteiros aumentando assim a cultura de segurança nas nossas obras.

Este resultado evidencia que embora ainda haja oportunidades de melhoria, os Sistemas implementados adaptaram-se ao referencial normativo e que, a nível global a Seth, mais uma vez, revelou que actua em conformidade com o que se encontra definido nos Sistemas de Gestão de Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente, pelo que devemos congratular todos os colaboradores pelo seu empenho pessoal.

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2013 foram zero para ambos,

Índice de Frequência e Índice de Gravidade, uma vez que ocorreram seis acidentes de trabalho mas nenhum deles teve dias de ausência por baixa.

No entanto, o índice de Gravidade do ano de 2012 ainda não se encontra encerrado porque o acidente ocorrido em Novembro de 2012, transitou com dias de baixa para 2013 e o sinistrado, até à data, não teve alta. Desta forma, o cálculo deste Índice só poderá ser concluído quando o trabalhador sinistrado tiver alta médica.

QUALIDADE E I&D

No mês de Março de 2013 ocorreu a primeira auditoria de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade segundo o referencial NP EN ISO 9001:2008. A auditoria, realizada pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, decorreu na sede da empresa e numa obra em curso e constatou que o Sistema de Gestão da Qualidade, certificado pela mesma entidade, se encontra implementado de forma eficaz.

A Seth apresentou melhorias significativas na sequência do tratamento das constatações resultantes de auditorias anteriores.

Apesar da situação do país ao nível da obra pública e consequentemente o número de empreitadas da Seth ter vindo a diminuir, foi sempre demonstrado grande empenho e interesse nas práticas da Qualidade por parte de todos os colaboradores da empresa.

Face à diminuição de empreitadas em curso, houve um maior investimento na Formação Profissional, permitindo aos nossos colaboradores participar em acções de formação essenciais para a actividade desempenhada.

A aposta em processos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) é assumida pela Seth como elemento fundamental para a competitividade empresarial quer no mercado nacional quer no internacional.

Durante 2013 houve uma redução de projectos de IDI desenvolvidos pela empresa originada pela diminuição da actividade o que, consequentemente, levou ao decréscimo de oportunidades para desenvolver projectos de investigação. No entanto, como prática corrente da organização, a Seth irá sempre desenvolver soluções inovadoras numa perspectiva de melhoria contínua e satisfação do cliente, desenvolvendo e melhorando os processos de construção.

A SETH mantém-se associada e participa num subgrupo da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objecto promover a reflexão sobre o sector e a implementação de iniciativas e projectos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social existente na Seth e implementada nas suas actividades, rege-se por princípios morais e de ética profissional que salvaguardam o respeito, a integridade e a confiança.

Embora a empresa não seja certificada em nenhum referencial normativo da Responsabilidade Social, assegura o cumprimento de diversos compromissos legais, sociais e morais para com os nossos trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

Ao longo dos anos, a Seth tem assumido uma conduta de actuação baseada em vários princípios, tais como: respeito pelos direitos humanos, preocupação pela comunidade e gerações futuras através da aposta no desenvolvimento sustentável, investimento na valorização pessoal dos colaboradores, protecção do ambiente, cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

Respeito pelo Ambiente

A Seth tem implementada uma Política Ambiental onde assume que a protecção e conservação do ambiente é uma preocupação, não só pela necessidade de dar

resposta às exigências da legislação aplicável mas também por considerar fundamental contribuir para um desenvolvimento sustentável. Como sinal do respeito e preservação do meio ambiente, no seu edifício sede implementou várias medidas de eco-eficiência.

É constante a sensibilização, aos nossos trabalhadores, para conservação do meio ambiente com acções que permitam uma utilização eficaz e responsável dos recursos disponíveis.

Apoio à comunidade

Ao longo dos anos a Seth tem participado, com donativos de diversos níveis para projectos e instituições de carácter social que desenvolvem acções humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. O conjunto dessas iniciativas de apoio à comunidade, não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, mas sim o objectivo primordial de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dessas comunidades.

De entre os apoios em patrocínios concedidos, destacamos:

APCA – Associação Portuguesa da Classe Access

A Seth apoia a associação desportiva APCA, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direcção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projeto “SETH Sail”, que tem por objectivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

Nos donativos efectuados em 2013, destacamos:

Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos

A Fundação Pro Dignitate tem fins humanitários e sociais, visando, sem fins lucrativos, a promoção dos direitos humanos, através de estudos científicos, planeamento, promoção e avaliação de medidas preventivas e de outras acções dirigidas à defesa daqueles direitos.

INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS

Em 2013, as depreciações dos activos fixos tangíveis totalizaram Euros 1.154.781, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a 1.000 Euros foram totalmente depreciados em 2013.

O valor do Activo ascendeu a Euros 25.727.163 enquanto o Passivo totalizou Euros 18.956.425. O Capital Próprio da empresa era no final do período de Euros 6.770.738.

APLICAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período de Euros 707.617 seja levado a resultados transitados.

ANTEVISÃO 2014 E EVENTOS APÓS O FIM DO PERÍODO

A EDM - Electricidade de Moçambique confirmou a adjudicação de um e a intenção de adjudicar outros quatro no valor total de Euros 27 milhões de projectos de transmissão de energia nas províncias de Manica, Maputo e Inhambane pelo período de 18 meses, com início em Junho de 2014. No início de Janeiro foi adjudicado um projecto para a execução do alargamento de um terraplano e de um molhe em Gibraltar para o Governo local. Estes contratos, a par de outras oportunidades que se esperam concretizar no primeiro trimestre do ano, bem como o início em velocidade de cruzeiro do Power Grid Project em Moçambique, deverão conduzir a um aumento muito significativo do volume de negócios e à obtenção de resultados positivos em linha com os períodos anteriores ao período de crise generalizada que se tem vivido.

Queijas, 28 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidentee)

Peter Kofoed

Jesper Nordby

Villy Petersen



Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2013

(valores em Euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2013	31/12/2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6 016 771	7 066 509
Clientes com depósito de garantia	9	167 748	1 150 913
		6 184 519	8 217 422
Activo corrente			
Inventários	8	463 929	466 856
Clientes	9	6 494 018	5 915 636
Adiantamentos a fornecedores	10	91 185	173 749
Estado e outros entes públicos	11	943 892	723 695
Outras contas a receber	12	5 325 062	5 081 273
Diferimentos	13	350 487	211 111
Activos financeiros detidos para negociação	14	20 800	20 800
Caixa e depósitos bancários	4	2 609 968	2 759 961
		16 299 341	15 353 081
Total do activo		22 483 860	23 570 503
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	15	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	16	801 069	801 069
Outras reservas	17	117 648	140 705
Resultados transitados	18	2 535 897	6 211 639
Ajustamentos em activos financeiros	19	61 483	(166 796)
Outras variações no capital próprio	20	(37 742)	(190 005)
Resultado Líquido		(707 617)	(3 530 926)
Interesses Minoritários			
Total Capital Próprio		6 770 738	7 265 686
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	21	43 865	66 622
Financiamentos obtidos	22	2 344 577	2 558 188
		2 388 442	2 624 810
Passivo corrente			
Fornecedores	24	6 452 442	4 200 773
Adiantamentos de clientes	25	523 562	980 866
Estado e outros entes públicos	11	632 509	821 801
Financiamentos obtidos	22	666 924	2 136 237
Outras contas a pagar	23	3 500 056	3 752 574
Diferimentos	13	1 549 187	1 712 401
Passivos financeiros detidos para negociação	26	-	66 586
Outros passivos financeiros	27	-	8 769
		13 324 680	13 680 007
Total do passivo		15 713 122	16 304 817
Total do capital próprio e do passivo		22 483 860	23 570 503

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidentee)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

(Período findo a 31 de Dezembro de 2013)

(valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		Dec 31, 2013	Dec 31, 2012
Vendas e serviços prestados	28	23 647 360	25 739 316
Subsídios à exploração	29	5 977	1 679
Trabalhos para a própria entidade	30	30 728	436
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31	(3 596 280)	(6 180 200)
Fornecimentos e serviços externos	32	(14 487 398)	(14 239 624)
Gastos com pessoal	33	(4 729 577)	(6 837 952)
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	8	212 953	(247 909)
Provisões (aumentos/reduções)	21	296 352	101 591
Aumentos / reduções de justo valor		-	5 741
Outros rendimentos e ganhos	34	1 432 990	2 736 141
Outros gastos e perdas	35	(1 073 959)	(1 181 680)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 739 146	(102 461)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(1 154 781)	(1 458 736)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		584 365	(1 561 197)
Juros e rendimentos similares obtidos	36	164 483	191 431
Juros e gastos similares suportados	37	(1 165 927)	(1 715 487)
Resultado antes de impostos		(417 079)	(3 085 253)
Imposto sobre o rendimento do período	7	(290 538)	(445 673)
Resultado Líquido do período		(707 617)	(3 530 926)
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		(0,18)	(0,88)

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidentee)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio no período 2013

(valores em Euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros investimentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	2.4	4 000 000	-	-	-	801 069	140 705	6 211 639	(166 796)	-	(190 005)	(3 530 926)	7 265 686
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														-
Alterações de políticas contabilísticas														-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														-
Ajustamentos por impostos diferidos														-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							(23 057)	(144 816)	228 279		152 263			212 669
	2		-	-	-	-	(23 057)	(144 816)	228 279		152 263		-	212 669
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3												(707 617)	(707 617)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3												(707 617)	(707 617)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														-
Realizações de prémios de emissão														-
Distribuições														-
Entradas para cobertura de perdas														-
Outras operações								(3 530 926)					3 530 926	-
	5		-	-	-	-	-	(3 530 926)	-	-	-	-	3 530 926	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+5		4 000 000	-	-	-	801 069	117 648	2 535 897	61 483	(37 742)	(707 617)		6 770 738

A Administração
 Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
 Peter Kofoed
 Jesper Nordby
 Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
 Sofia Mendes

Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa

(Período findo a 31 de Dezembro de 2013)

(valores em Euros)

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2013	Período 31 Dez 2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		20 001 253	37 194 067
Pagamentos a fornecedores		(13 590 780)	(26 256 531)
Pagamentos ao pessoal		(4 737 915)	(5 989 095)
Caixa gerada pelas operações		1 672 558	4 948 441
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(557 205)	(233 180)
Outros recebimentos/pagamentos		805 559	(56 840)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 920 912	4 658 422
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(500 065)	(679 024)
Investimentos Financeiros		(10 621)	(16 100)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		409 187	210 541
Investimentos Financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		5 459	11 661
Dividendos		-	291 502
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(96 040)	(181 420)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		101 367	1 124 694
Juros Obtidos		-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 773 791)	(3 949 240)
Juros e gastos similares		(302 441)	(416 943)
Dividendos		-	(291 502)
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(1 974 865)	(3 532 990)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(149 993)	944 012
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 759 961	1 815 949
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 609 968	2 759 961

A Administração
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)
Peter Kofoed
Jesper Nordby
Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas
Sofia Mendes

Anexos ao Relatório

1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17-03-1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 28 de Fevereiro de 2014, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2013 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2012.

As empresas incluídas na consolidação:

Subsidiárias**MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.**

Av. Tomás Ribeiro, 145 – 2790 – 467 QUEIJAS

Parte de capital detido pela SETH - 100%

SethAngola, S.A.

Av. Comandante Valódia, n.º 5 – 6.º, apt 61, Kinaxixi – Luanda – ANGOLA

Parte de capital detido pela SETH – 60%

Empresas associadas**Marinertes, S.A.**

Rotunda Engenheiro Edgar Cardoso, 23, 8.ºA,
4400-676 VILA NOVA DE GAIA

Parte de capital detido pela SETH - 29%

Empreendimentos Conjuntos**SOMAGUE/SETH**

Cais do Jardim do Tabaco – 1.ª Fase, ACE
Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó
2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó
2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

AARSLEFF – SETH JV I/S

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj, DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das

demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Princípios de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo e das suas empresas subsidiárias, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Participações financeiras em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH.

As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração

de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos

activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

c) **Locações**

A Empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Payments/ receipts made by the Company in light of operating leases are recognised as costs/ income for the Periods to which they relate on a straight-line basis.

Finance leases

Os pagamentos/recebimentos efectuados pela Empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

d) **Participações financeiras**

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a Empresa exerce o controlo directo e indirecto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Empresa ou de uma actividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a Empresa, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a Empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O goodwill relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada.

O goodwill é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do

investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método da equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, são relevadas por contrapartida de reservas.

O goodwill gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

e) Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68

da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;

Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são

convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

j) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;

É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,

É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

k) **Provisões para contratos onerosos**

A Empresa reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

l) **Activos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

m) **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

n) **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição

recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto.

O desfecho de um contrato de construção pode ser fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e

descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

o) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

p) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de Fevereiro de 2014, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 41.

q) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;

- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

r) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

s) Contabilidade de cobertura

A Empresa utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação. Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem que ser demonstrada a sua efectividade. Assim, a Empresa executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes

metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Vida útil dos activos fixos tangíveis

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de

Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

Estimativa de custos totais de contrato

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	<i>(valores em Euros)</i>	
	31-12-2013	31-12-2012
Caixa		
Caixa Sede	3.180	311
Caixa Obras	9.400	6.524
Caixa Sucursais	24.533	7.739
Caixa ACEs / Subsidiárias	2.765	6.918
	39.878	21.492
Depósitos à ordem		
Bancos Sede	998.577	1.930.602
Bancos Sucursais	314.363	453.427
Bancos ACEs / Subsidiárias	1.006.650	181.440
	2.319.590	2.565.469
Outros depósitos bancários		
Bancos Sede	200.000	160.000
Bancos ACEs	50.500	13.000
	250.500	173.000
Net book value:	2.609.968	2.759.961

5 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	1.172.795	1.172.795
Edifícios e outras construções	3.964.372	3.964.372
Equipamento básico	11.996.244	12.971.479
Equipamento de transporte	1.634.350	1.688.818
Equipamento administrativo	1.319.717	1.490.253
Outros activos fixos tangíveis	53.147	63.160
Investimentos em Curso	20.610	-
	20.161.235	21.350.877
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	(1.154.781)	(1.458.736)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(12.989.683)	(12.825.632)
	(14.144.464)	(14.284.368)
Valor líquido contabilístico:	6.016.771	7.066.509

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2013 são analisados como segue:

Descrição	(valores em Euros)				
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	1.172.795	-	-	-	1.172.795
Edifícios e outras construções	3.964.372	-	-	-	3.964.372
Equipamento básico	12.971.479	298.272	(1.263.455)	(10.052)	11.996.244
Equipamento de transporte	1.688.818	247.080	(215.422)	(86.126)	1.634.350
Equipamento administrativo	1.490.253	143.823	(305.238)	(9.121)	1.319.717
Outros activos fixos tangíveis	63.160	-	(9.716)	(297)	53.147
Investimentos em Curso	-	20.610	-	-	20.610
	21.350.877	709.785	(1.793.831)	(105.596)	20.161.235
Depreciação acumulada e imparidade					
Edifícios e outras construções	(1.329.788)	(145.349)	-	-	(1.475.137)
Equipamento básico	(10.465.801)	(648.267)	1.000.243	-	(10.113.825)
Equipamento de transporte	(1.097.625)	(301.216)	128.403	-	(1.270.438)
Equipamento administrativo	(1.349.327)	(57.463)	162.394	-	(1.244.396)
Outros activos fixos tangíveis	(41.827)	(2.486)	3.646	-	(40.667)
	(14.284.368)	(1.154.781)	1.294.686	-	(14.144.464)
Valor líquido contabilístico:	7.066.509				6.016.771

As principais adições do período de 2013 referem-se à aquisição de máquinas e equipamento de transporte.

As principais alienações do período de 2013 dizem respeito à venda de duas máquinas.

À data de 31 de Dezembro de 2013, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em Euros)

Rubrica	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1 030 558	-	1 030 558	1 030 558	-	1 030 558
Edifícios e outras construções	2.718.549	(541.145)	2.177.404	2.718.549	(423.194)	2.295.355
Equipamento básico	106.000	(2.523)	103.477	1.070.780	(323.955)	746.825
Equipamento de transporte	112.993	(65.088)	47.905	83.178	(39.947)	43.231
Total:	3.968.100	(608.756)	3.359.344	4.903.065	(787.096)	4.115.969

A variação ocorrida na rubrica de equipamento básico em locação financeira decorre da finalização de contratos de locação celebrados.

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em Euros)

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	310.674	16.751	327.425	447.887	18.780	466.667
Entre um e cinco anos	1.139.572	30.204	1.169.776	1.078.341	38.424	1.116.765
Mais de cinco anos	130.005	316	130.321	404.847	3.088	407.935
Total:	1.580.251	47.271	1.627.522	1.931.075	60.292	1.991.367

6 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em Euros)

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	612.649	(612.649)	-	612.649	(612.649)	-
Total:	612.649	(612.649)	-	612.649	(612.649)	-

A Empresa aplica o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

O movimento da participação financeira é analisado como segue:

(valores em Euros)

	Saldo inicial	Adições	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto					
Marinertes, SA	612.649	-	-	-	612.649
	612.649	-	-	-	612.649
Imparidade					
Marinertes, SA	(612.649)	-	-	-	(612.649)
	(612.649)	-	-	-	(612.649)
Total	-				-

As principais variações são referentes à aplicação do método de equivalência patrimonial.

A informação financeira resumida referente às associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos apresenta-se como segue:

(valores em Euros)

Nome da empresa	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes, SA	29,00%	31-12-2013	8.477	403.790	(395.313)	74	(943.430)

7 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em Euros)

Descrição	2013	2012
Imposto corrente	290.538	445.673
Origem e reversão de diferenças temporárias	-	-
	290.538	445.673

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis é analisado como segue:

(valores em Euros)

Data limite de reporte	31-12-2013	31-12-2012
2015	1.008.403	1.008.403
2016	3.284.610	3.284.610
2017	1.801.239	-
	6 094 252	4 293 013

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

(valores em Euros)

Descrição	31-12-2013		31-12-2012	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais	6.094.252	1.401.678	4.293.013	1.073.253
	6.094.252	1.401.678	4.293.013	1.073.253

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

(valores em Euros)

Descrição	2013	2012
Resultados antes de impostos	(417.079)	(3.085.332)
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
Imposto esperado	(110.526)	(817.613)
Diferenças permanentes (i)	-	-
Ajustamentos à colecta (ii)	148.845	148.459
Tributações autónomas (iii)	141.693	223.559
Imposto do exercício (iv)	290.538	445.594
Taxa efectiva de imposto	-69,66%	-14,44%

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

8 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	463.929	466.856
Valor líquido contabilístico:	463.929	466.856

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 3.596.280 (2012: Euro 6.180.200), conforme nota 31.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	6.581.974	6.454.348
Empresas subsidiárias	1.242	2
Empresas associadas	32.212	27.656
Empreendimentos conjuntos	508.871	225.809
	7.124.299	6.707.815
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(31.890)	(238.331)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(598.391)	(553.848)
	(630.281)	(792.179)
Valor líquido contabilístico:	6.494.018	5.915.636

A rubrica de clientes gerais é constituída, maioritariamente, pelos saldos das seguintes empresas:

Customer	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
CONSTRUSALAMONDE, ACE	1.034.016	216.917
ROHDE NIELSEN A/S	928.805	-
DGITT	691.163	818.931
CASAIS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	297.635	-
SDNM-SOC.DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE DA MADEIRA	287.994	287.994
CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO	248.336	154.258
SGPAMAG, SA	242.627	-
FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD	159.495	159.495
PARQUE ESCOLAR	-	1.064.032
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	-	494.512
HIPERMÁQUINAS ANGOLA	-	220.000
OUTROS	2.603.947	2.499.497
Total:	6.494.018	5.915.636

Na rubrica de Clientes com depósito de garantia, é apresentado a 31 de Dezembro de 2013 um saldo que ascende a Euro 167.748 (2012: Euro 1.150.913).

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em Euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Clientes gerais	792.179	(31.890)	193.788	(630.281)
Total:	792.179	(31.890)	193.788	(630.281)

A rubrica imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) apresenta o saldo de Euro 212.953. Deste montante, Euro 31.890 correspondem ao reforço de perdas por imparidade no período. No sentido contrário, as reversões correspondem a Euro 244.843. Deste montante, Euro 193.788 respeitam a reversões de imparidade de clientes, sendo o restante valor, de Euro 51.055 referente a reversões de retenções de garantia de clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente apresenta-se como segue:

(valores em Euros)

Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	2.652.810	826.616	776.974	475.483	242.305	534.101	200.073	785.656	6.494.018

10 Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

(valores em Euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Fornecedores Gerais	91.185	173.749
Valor líquido contabilístico:	91.185	173.749

11 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

(valores em Euros)

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
IVA reembolsos pedidos	138.035	163.947
IVA a recuperar	100.803	76.678
Imposto sobre o rendimento	98.274	51.755
Outras tributações (Sucursais)	606.780	431.315
Total:	943.892	723.695
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	141.693	223.559
Contribuições para a Segurança Social	88.689	84.619
Retenções de imposto sobre o rendimento	74.952	51.939
Outros impostos	-	171.188
Outras tributações (Sucursais)	327.175	290.496
Total:	632.509	821.801

12 Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Valor Bruto:		
Outros devedores	2.570.261	3.494.199
Grau Acabamento	686.882	965.681
Outros acréscimos rendimentos	2.438.550	992.024
	5.695.693	5.451.904
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	-	(345.875)
Imparidade de períodos anteriores	(370.631)	(24.756)
	(370.631)	(370.631)
Valor líquido contabilístico:	5.325.062	5.081.273

A rubrica apresenta ainda um montante de Euro 261.751, que de acordo com a deliberação do Conselho de Administração datada de 27 de Janeiro de 2012, se refere a adiantamentos efectuados ao Eng. Ricardo António Pedrosa Gomes no âmbito da implantação de estrutura empresarial e exercício de actividade comercial em Angola e à constituição da sociedade de Direito Angolano.

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço.

Da rubrica de acréscimos de rendimentos que apresenta um saldo a 31 de Dezembro de 2013 de Euro 2.438.552, o montante de Euro 585.333 correspondem a acréscimos de rendimentos da obra que está a ser realizada em Moçambique com a joint venture Aarsleff/SETH.

13 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	188	5.028
Outros gastos a reconhecer	350.299	206.083
Total:	350.487	211.111
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Grau de Acabamento	857.237	663.674
Juros	427.035	693.903
Garantia de Obras	142.903	207.152
Outros rendimentos a reconhecer	122.012	147.672
Total:	1.549.187	1.712.401

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente, dos quais Euro 395.976 referem-se à obra de Construsalamonde, Euro 275.266 referem-se à obra de Moçambique e Euro 134.931 referem-se à obra de Porto Mindelo em Cabo Verde.

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

A rubrica garantia de obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos gastos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso.

14 Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Activos financeiros (Acções)	20.800	20.800
Total:	20.800	20.800

O saldo da rubrica compreende as acções adquiridas da LISGARANTE.

15 Capital realizado

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2013.

16 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

17 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Outras Reservas	(117.648)	(140.705)
Total:	(117.648)	(140.705)

18 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados no montante de Euro 3.675.742 inclui a aplicação do resultado líquido do período de 2012 no montante da Euro 3.530.926, inclui a diferença cambial resultante da conversão cambial dos resultados dos anos anteriores das sucursais.

19 Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	(61.483)	(13.798)
Outros	-	180.594
Total:	(61.483)	166.796

20 Outras variações no capital próprio

A rubrica de outras variações no capital próprio é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	37.742	190.005
Total:	37.742	190.005

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda	Taxas em Dezembro 2013		Taxas em Dezembro 2012		
	Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio	
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,3791	-	1,3119	-
Libra Esterlina	GBP	0,8337	-	0,8124	-
Kuanza	AKZ	134,5920	131,1568	126,85	-
Dinar Argelino	DZD	108,1034	106,1607	103,19	100,28
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,2650	110,2650	110,27	110,27
Franco Guineense	GNF	9.570,95	9.410,95	9.222,61	9.230,97
Metical de Moçambique	MZN	41,24	39,67	39,24	36,49

21 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em Euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	48.519	-	(4.654)	43.865
Outras	18.103	-	(18.103)	-
	66.622	-	(22.757)	43.865

A 31 de Dezembro de 2013 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Garantias bancárias prestadas a terceiros		
- Bom cumprimento (contratos construção)	13.264.011	19.764.104
- Propostas a Concursos	1.402.306	1.063.561
- Serviços adquiridos	62.422	32.423
- Judicial	1.853.660	1.853.660
Total:	16.582.399	22.713.748

A empresa não prevê qualquer influxo de benefícios económicos, bem como a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

22 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1.075.000	1.075.000
Locações financeiras	1.269.577	1.483.188
	2.344.577	2.558.188
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	356.250	875.000
Descobertos bancários	-	813.350
Locações financeiras	310.674	447.887
	666.924	2.136.237
Total:	3.011.501	4.694.425

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos e locações financeiras junto do BPI e Santander Totta, com maturidades até 2019.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	356.250	1.688.350
De 1 a 5 anos	1.075.000	1.075.000
A mais de 5 anos	-	-
	1.431.250	2.763.350
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Locações financeiras		
Até 1 ano	310.674	447.887
De 1 a 5 anos	1.269.577	1.078.341
A mais de 5 anos	-	404.847
	1.580.251	1.931.075
Total:	3.011.501	4.694.425

À data de 31 de Dezembro de 2013 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em Euros)						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	356.250	475.000	412.500	162.500	25.000	-	1.431.250
Locações financeiras	310.674	302.204	294.304	271.444	271.619	130.006	1.580.251
Total:	666.924	777.204	706.804	433.944	296.619	130.006	3.011.501

23 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Corrente		
Remunerações a liquidar	525.896	588.027
Credores por acréscimo de gastos	1.065.884	895.318
Outros credores	1.908.276	2.269.229
Total:	3.500.056	3.752.574

A rubrica de Outros Credores por Acréscimo de Gastos é, a 31 de Dezembro de 2013, maioritariamente constituída por gastos com a sucursal de Cabo Verde, a que corresponde o valor de Euro 601.495.

24 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c		
Gerais	6.449.670	4.164.752
Empresa-mãe	-	30.150
Empresas subsidiárias	1.531	1.599
Empresas associadas	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-
Outras partes relacionadas	1.241	4.272
Total:	6.452.442	4.200.773

A rubrica de Fornecedores Gerais é constituída, maioritariamente, pelos saldos das seguintes empresas:

Supplier	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
TELETEJO - TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, S.A.	1.707.552	797.529
CONSTRUSALAMONDE, ACE	644.418	-
SEVEME - INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, S.A.	230.742	-
TEIXEIRA DUARTE-ENG ^a E CONSTRUÇÕES, S.A.	153.497	808
PROCONSULTORES, LDA.	96.040	-
METALÚRGICA CENTRAL DE ALHOS VEDROS, LDA.	93.776	-
MARMOD - TRANSPORTES MARÍTIMOS INTERMODAIS, LDA.	80.102	-
EBERHARDT-MARTIN CC	33.526	131.884
CMM-CARTOR-VHC, LDA.	3.412	128.399
SVD (PORTUGAL) TRANSITÁRIOS, LDA.	2.178	100.214
JG - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA.	291	134.088
BETÃO LIZ, S.A.	-	162.023
LUNENG, LDA.	-	122.343
Others	3.406.908	2.623.485
Total:	6.452.442	4.200.773

25 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Clientes Gerais	523.562	980.866
Total:	523.562	980.866

26 Passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Passivos financeiros detidos para negociação	-	66.586
Total:	-	66.586

27 Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Outros passivos financeiros	-	8.769
Total:	-	8.769

28 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Serviços prestados		
Trabalhos de empreitadas	23.240.966	23.758.961
Serviços secundários	406.394	1.980.355
Total:	23.647.360	25.739.316

As principais obras, para o período de 2013, são como segue:

Job	(valores em Euros)	
	2013	2012
Salamonde ACE, EDP	4.127.238	-
Porto Mindelo, Cabo Verde	3.886.713	-
Reabilitação rede distribuição electricidade, Moçambique	3.632.741	4.987.267
Porto Amboim, Angola	6.883.954	-
Radar System Raytheon, Lajes	859.585	-
Mozambique Power Grid	818.179	-
Frente Tejo, Lisboa	746.834	2.685.794
Recuperação cais, Nova Cimangola	712.013	-
Kamsar Container Terminal, Guiné	-	5.139.501
Escola Pontinha	-	3.803.932
Escola Bragança	-	2.898.387
Porto Santo Antão, Cabo Verde	-	1.129.311
Centro Champalimaud, Lisboa	-	115.455
Açude, Coruche	-	43.229
Outras	1.980.103	4.936.440
Total:	23.647.360	25.739.316

29 Subsídios à Exploração

O saldo da rubrica de Subsídios à Exploração de Euro 5.977 respeita a subsídios de formação profissional e de estágios profissionais recebidos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) no âmbito do QREN.

30 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Activos fixos tangíveis	30.728	436
Total:	30.728	436

31 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Saldo inicial (+)	466.856	465.908
Compras (+)	3.593.353	6.181.148
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	463.929	466.856
CMVMC	(3.596.280)	6.180.200

32 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em Euros)

Descrição	2013	2012
Subcontratos	5.025.143	5.739.144
	5.025.143	5.739.144
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	5.498.175	2.273.918
Conservação e reparação	459.902	410.197
Honorários	130.694	379.024
Vigilância e segurança	116.891	176.041
Publicidade e propaganda	8.598	26.401
Outros	487	-
	6.214.747	3.265.581
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	48.686	130.265
Material de escritório	25.900	29.166
Artigos para oferta	17.388	32.596
Livros e documentação técnica	16.417	1.505
Outros	13.442	8.451
	121.833	201.983
Energia e fluidos:		
Combustíveis	1.051.022	1.110.331
Electricidade	64.807	74.522
Água	11.530	41.416
Outros	17.773	45.296
	1.145.132	1.271.565
Deslocações, estadas e transportes:		
Transportes de mercadorias	332.251	985.264
Deslocações e estadas	374.294	512.398
Transportes de pessoal	5.677	19.934
	712.222	1.517.596
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	539.870	1.119.900
Seguros	175.193	257.859
Comunicação	108.518	148.865
Limpeza, higiene e conforto	47.329	63.751
Despesas de representação	18.244	15.300
Contencioso e notariado	2.703	7.282
Outros serviços	376.464	630.798
	1.268.321	2.243.755
Total:	14.487.398	14.239.624

A variação ocorrida em 2013 na rubrica de Subcontratos deve-se ao menor volume de obras com recurso a subempreitadas.

A variação positiva na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos 247.774 euros deve-se aos serviços contratados por parte da nossa Subsidiária SethAngola para a realização da empreitada decorrida no ano de 2013.

33 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	265.342	266.060
Remunerações do pessoal	3.560.811	4.610.028
Encargos sobre remunerações	711.091	894.852
Indemnizações	44.792	366.126
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	63.496	79.421
Gastos de acção social	603	-
Outros gastos com o pessoal	83.442	621.465
Total:	4.729.577	6.837.952

A variação verificada em outros gastos com pessoal é essencialmente justificada pela diminuição do número de funcionários ao serviço da empresa.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	5	5
Quadros superiores	20	16
Quadros médios	9	7
Chefias intermédias	10	13
Profissionais altamente qualificados	14	11
Profissionais qualificados	31	41
Profissionais semi-qualificados	2	11
Profissionais não qualificados	1	1
Total:	94	107

34 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Rendimentos suplementares	485.501	923.031
Restantes activos financeiros	607.473	1.000.762
Investimentos não financeiros	150.701	415.585
Ganhos em inventários	3.927	44.171
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.167	16.436
Outros	178.221	336.156
Total:	1.432.990	2.736.141

A 31 de Dezembro de 2013, as cedências de mão-de-obra e aluguer de equipamentos representam quase a totalidade da rubrica rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

35 Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Impostos	168.282	313.817
Investimentos não financeiros	31.931	305.177
Dívidas incobráveis	3.588	11.208
Perdas em inventários	68	-
Outros	870.090	551.478
Total:	1.073.959	1.181.680

Na rubrica de Outros, com saldo a 31 de Dezembro de 2013, constam Euro 384.704 referentes a gastos com serviços bancários, nomeadamente comissões.

36 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Juros obtidos	97.898	133.363
Outros rendimentos similares	66.585	58.068
Total:	164.483	191.431

37 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	2013	2012
Juros suportados	-	416.943
Outros gastos e perdas	863.487	1.298.544
Total:	863.487	1.715.487

Os juros suportados estão relacionados com os empréstimos obtidos mencionados na nota 22. A rubrica de Outros Gastos e Perdas reflecte as diferenças cambiais registadas no período.

38 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

Descrição	(número de acções)	
	31-12-2013	31-12-2012
MT Højgaard a/s	2.400.000	2.400.000
Operatio SGPS SA	1.600.000	1.600.000
Total:	4.000.000	4.000.000

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	31-12-2013	31-12-2012
Activos		
Subsidiárias	533.567	866.524
Associadas	4.493	42.091
Empreendimentos conjuntos	604.023	669.089
Total:	1.142.083	1.577.704
Passivos		
Subsidiárias	1.524	1.599
Associadas	43.118	270.285
Empreendimentos conjuntos	-	-
MT Højgaard a/s	-	30.150
Total:	44.642	302.034

As transacções registadas ao longo do período resumem-se como segue:

Descrição	(valores em Euros)	
	GMP ACE	GMP ACE MEK
Rédito		
Cedência de equipamento	(14.959)	-
Redébito de despesas	-	-
Materiais de exportação	-	-
Total:	(14.959)	-
Gastos		
Aluguer de equipamento	-	-
Cedência de materiais	-	-
Trabalhos especializados	24.121	-
Redébito de despesas	-	1.819
Total:	24.121	1.819

39 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

Descrição	(valores em Euros)			
	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos	Total
Gastos	25.128.383	20.919.357	-	46.047.740
Rendimentos/Rédito	27.355.054	24.085.694	(857.236)	50.583.511

40 Passivos Contingentes

À data de 31 de Dezembro de 2013 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

41 Acontecimentos após a data de balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes com impacto nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2013.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração a 28 de Fevereiro de 2014.

A Administração

Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)

Peter Kofoed

Jesper Nordby

Villy Petersen

A Técnica Oficial de Contas

Sofia Mendes

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmos. Senhores Accionistas da
SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., relativamente ao período findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do período findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo Seth e as divulgações incluídas no Anexo consolidado conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados consolidados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas consolidadas, cujo conteúdo se considera aqui como integralmente reproduzido.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e

- c. O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação do Grupo Seth, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Sem afectar a nossa conclusão chamamos a atenção para o facto de nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais é proibido à sociedade conceder empréstimos ou crédito a administradores, efectuar pagamentos por conta deles, prestar garantias a obrigações por eles contraídas e facultar-lhes adiantamentos de remunerações superiores a um mês. A Empresa apresenta um saldo a receber de um administrador no montante de 261.751 euros, situação que nos termos do referido artigo deverá ser regularizada.

Em face do exposto deverá a Assembleia-Geral Anual deliberar sobre:

- d. O Relatório de Gestão consolidado e as Contas consolidadas referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2013;
- e. A proposta de aplicação de resultados consolidados contida no mencionado Relatório de Gestão consolidado.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2014

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (nº 189)
representada por
João Paulo da Silva Pratas (ROC nº 965)

Certificação Legal das Contas Consolidadas



Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 22.483.860 euros e um total de capital próprio de 6.770.738 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 707.617 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos

globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

8.1 A Certificação Legal das Contas referente a 31 de Dezembro de 2012 incluiu uma reserva por limitação ao âmbito pelo facto de não ter sido possível concluir em que medida a imparidade de saldos a receber reconhecida em 2012 no montante de 238.000 euros deveria ter sido considerada em resultados transitados e não como gasto do período. Esta situação não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras do período, pelo que a situação foi resolvida.

8.2 A Certificação Legal das Contas referente a 31 de Dezembro de 2012 incluiu uma reserva por desacordo pelo facto de ter sido reconhecido rédito no montante de 351.000 euros para os quais não existia evidência da sua aceitação pelo cliente. A 31 de Dezembro de 2013 a situação foi resolvida.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 31 de Março de 2014

KPMG & Associados -

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA (nº 189)

representada by

João Paulo da Silva Pratas (ROC nº 965)

Certificações



Certificado
Certificate

NÚMERO 2012/CEP.4165
Number

O Sistema de Gestão da Qualidade da
The Quality Management System of

SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL

implementado em obras de construção civil, engenharia portuária e costeira, cravação de estacas, trabalhos de hidráulica fluvial e marítima, estações de tratamento de águas e de águas residuais, cumpre os requisitos da norma
Implemented in the civil construction, Marine, Harbour and Shore protection works, Pile-driving, Hydraulic works, Water and Sewage Treatment Plant, meets the requirements of the standard

NP EN ISO 9001:2008







José Leitão
CEO

Emitido em 2014-02-18
Date of issue
Válido até 2015-05-17
Valid until

APCER – Associação Portuguesa de Certificação
Edifício de Serviços da Sapanor, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo
4450-617 Leça da Palmeira
www.apcer.pt



THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

CERTIFICATE

IQNet and
APCER
hereby certify that the organization

**SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos
Hidráulicos, S.A.**

Sede
Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS

Estaleiro Central de Palmela
Rua da Ponte 2 Orvidais, Palmela
2950-422 SETÚBAL

for the following field of activities
Civil construction, marine, harbour and shore protection works, pile-driving, hydraulic works, water and sewage treatment plants
has implemented and maintains a
Quality Management System
Which fulfils the requirements of the following standard
ISO 9001:2008
Issued on: 2014-02-18
Validity date: 2015-05-17
Registration Number: PT- 2012/CEP.4165





Michael Drechsel
President of IQNet



José Leitão
APCER CEO



Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER.

IQNet Partners:
AENOR Spain AFNOR Certification France AIB-Vinçotte International Belgium ANCE-SIGE Mexico APCER Portugal CCC Cyprus
CISQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cro Cert Croatia DQS Holding GmbH Germany DS Denmark
FCAV Brazil FONDONORMA Venezuela ICONTEC Colombia IMNC Mexico INNORPI Tunisia
Inspecta Certification Finland IRAM Argentina IQA Japan KPC Korea MIRTEG Greece MSZT Hungary Nemko AS Norway
NSAI Ireland PCBC Poland Quality Austria Austria RR Russia SII Israel SIQ Slovenia SIRIM QAS International Malaysia
SQS Switzerland SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YUQS Serbia
IQNet is represented in the USA by: APNOR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.
* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under www.iqnet-certification.com

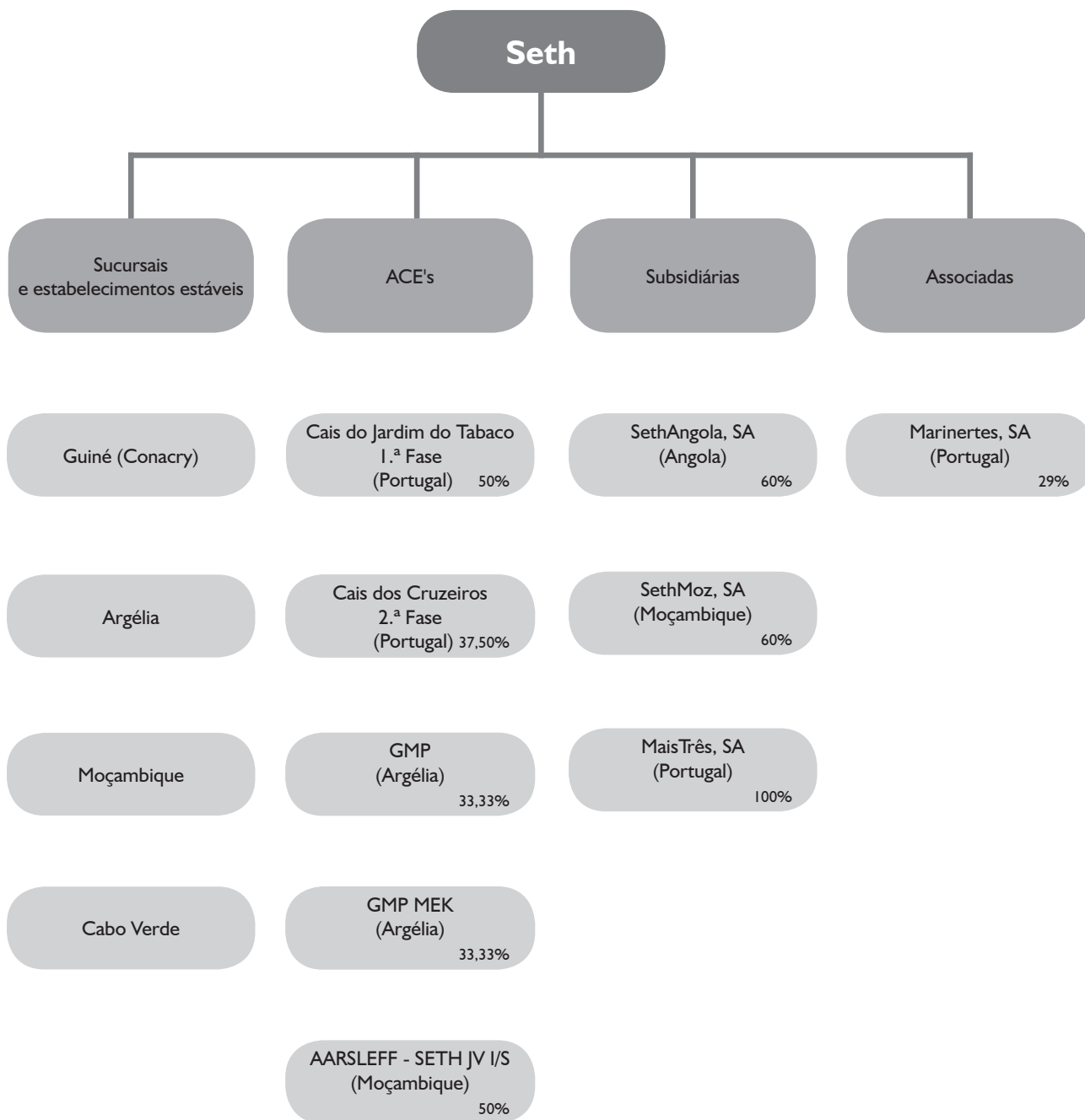
Seth - Relatório e Contas - 2013

59





Organigrama





SETH – Relatório e Contas 2013

Ficha Técnica

Coordenação Editorial – Inácio Beirão

Textos – Seth

Tradução inglês – Seth (SM)

Fotografia da capa: Seth (Carlos Amorim) – Alargamento do Terraplano do Porto do Mindelo, S. Vicente, Cabo Verde

Revisão – IB

Paginação, pré-impressão, impressão e acabamento - Gráfica SobreireNSE (Sobreiro, Mafra)



Avenida Tomás Ribeiro, 145
2790-467 QUEIJAS – Portugal
Tel.: +(351) 21 943 14 79
Fax. +(351) 21 943 15 18
seth@seth.pt

ALVARÁ N.º 5
NIPC 500 257 760

www.seth.pt

